



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Cerqueira César - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 01.001.11.2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01.001.10.2022, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (TJPE)**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.335.922/0001-15, sediado na Praça da República, s/n.º, bairro de Santo Antônio, CEP 50010-040, Recife/PE, representado por seu Presidente, Desembargador **RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO**, e a **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO (TRF3)**, inscrito no CNPJ sob o nº 59.949.362/0001-76, sediado na Avenida Paulista, nº 1842, Torre Sul, Bela Vista, CEP 01310-936, São Paulo/SP, representado por seu Presidente, Desembargador Federal **LUIS CARLOS HIROKI MUTA**, eleito para o cargo, biênio 2024-2026, conforme Ata de Julgamento nº 10401034/2023 da 155ª Sessão Plenária Ordinária Administrativa, realizada em 6 de dezembro de 2023, e Termo de Posse lavrado em 1º de março de 2024, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, têm entre si acertada a celebração do presente Termo Aditivo ao Convênio nº 01.001.10.2022, nos autos do Processo Administrativo SEI nº 0039671-03.2019.4.03.8000 e em observância às disposições da Lei Complementar Estadual nº 19, de 09/12/1997, e da Lei Estadual nº 15.539/2015, ambas do Estado de Pernambuco, da Resolução CNJ nº 88/2009, da Lei Federal nº 8.112/1990, do Decreto Federal nº 9.144, de 22/08/2017, da Resolução CJF nº 5, de 14/03/2008, e, no que couber, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Convênio Nº 01.001.10.2022, conforme previamente autorizado em sua Cláusula Sexta e consoante Parecer TJPE 12585027, emitido no processo nº 00029191-31.2019.8.17.8017, e Parecer AJUD 12585052.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. Em cumprimento ao disposto na Cláusula Primeira deste instrumento, o prazo de vigência do Convênio Nº 01.001.10.2022 **fica prorrogado de 11/02/2026 a 10/02/2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO.

3.1. O extrato do presente termo aditivo será publicado, pelo TJPE, em seu Diário de Justiça Eletrônico, e no Diário Oficial da União (DOU) pelo TRF3, que disponibilizará sua íntegra no Portal da Transparência da Justiça Federal da 3ª Região.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente instrumento.

Assim, por estarem justos e acertados, firmam os partícipes o presente Termo Aditivo, em meio eletrônico.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Oliveira Paes Barreto**, **Usuário Externo**, em 14/01/2026, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Carlos Hiroki Muta**, **Desembargador Federal Presidente**, em 15/01/2026, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **12585185** e o código CRC **45B0B78C**.